

O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais

Idilia Fernandes*

Resumo – O presente artigo pretende demonstrar a contradição existente na concepção da construção da identidade como sinônimo de uma identificação com o que está estabelecido na cultura e no meio social. A contradição desta concepção se expressa na desconsideração do movimento próprio das alteridades que transformam a realidade a partir da própria condição das diferenças. Nas diferenças, estão a propulsão ao desenvolvimento das novas formas de interação entre sujeito e seu meio. Em muitas circunstâncias a noção de identidade tem servido para criar distinções de condições de vida, ao mesmo tempo em que propicia o não reconhecimento das distinções individuais. A condição de preconceito e segregação que, por vezes, vivem as pessoas portadoras de deficiência é emblemática do resultado da relação entre identidade e diferença numa sociedade que prima pelo padrão de “normalidade”. As pessoas com deficiência, por não se enquadrarem num processo de identificação igual ao padrão, são colocadas em um lugar social de diferenciação. A representação social desse lugar de diferenciação torna-se sinônimo de impossibilidade do exercício próprio à vida humana.

Palavras-chave – Identidade. Diferença. Diversidade. Pessoa com deficiência.

Abstract – To have an identity is synonymous of an identification with what it is established in the culture and the social environment. In this line of thought if it disrespects the proper movement of the diversity that transform the reality from the proper condition of the differences. In the differences they are the propulsion to the development of the new forms of interaction between citizen and its half one. In many circumstances the identity notion has served to create distinctions of life conditions at the same time where it propitiates not the recognition of the individual distinctions. The condition of preconception and segregation that live, for times, the disabled person is emblematic of the result of the relation between identity and difference in a society that cousin for the standard of “normality”. The people with deficiency for if not fitting in a process of equal identification to the standard are placed in a social place of differentiation. The social representation of this place of differentiation becomes synonymous of impossibility of the proper exercise the life of the beings.

Key words – Identity. Diferent. Diversity. Carrying person of deficiency.

* Assistente Social, mestre e doutora pela FSS/PUCRS. Assistente Social da FADERS (Fundação de Articulação e Desenvolvimento da Política Pública para Pessoas Portadoras de Deficiência e de Altas Habilidades). Professora da FSS/PUCRS.

O formato implícito e explícito das relações sociais parece sugerir que algo estático e permanente, sem movimentação, deveria moldar as personalidades humanas. Entretanto, o real é dinâmico, não permanece o mesmo e os sujeitos que nele fazem a história estão em constante mutação. O reconhecimento dessa dinamicidade do sujeito e do contexto remete a um conceito de identidade onde o idêntico, o igual não se encaixa. Martinelli (1995, p. 142) situa o conceito de identidade no campo da diversidade, do movimento, da alteridade e da diferença, em contraposição à idéia de identidade como permanência.

Segundo a autora referida acima, o princípio da permanência, em nossa sociedade contemporânea, ainda se faz fortemente presente (1995, p. 143). Há um apelo no social para que a identidade dos sujeitos permaneça igual a um determinado tipo de identidade, que é produzida pela cultura do seu tempo histórico. Daí deve vir à idéia de que “tornar-se pessoa” signifique torna-se igual ao que foi socialmente estabelecido, onde a consolidação da identidade pessoal deva coincidir com a identidade idealizada no social.

Ter uma identidade é sinônimo de uma identificação com o que está estabelecido na cultura e no meio social. Nesta linha de pensamento, desconsidera-se o movimento próprio das alteridades que transformam a realidade a partir da própria condição das diferenças. Nas diferenças estão a propulsão ao desenvolvimento das novas formas de interação entre sujeito e seu meio. A igualdade pressuposta no “princípio de permanência” é o que leva ao entendimento de que as diferenças situam-se no campo da desqualificação pessoal ou da patologia.

Tudo aquilo que não é idêntico ao convencional passa a ser alvo de críticas, discriminações e não-reconhecimento. Há uma necessária ruptura com o velho conceito de identidade atrelada à igualificação e à ausência de movimento e mutação. Um traço histórico que traz como consequência uma série de práticas preconceituosas e segregatórias, como se constata, por exemplo, na situação das pessoas portadoras de deficiência.

Assim, falar de identidade hoje pressupõe a superação da nostalgia do idêntico, a ruptura com o princípio da permanência que, em nossas instituições, em muitos momentos, transmutou-se em um verdadeiro princípio de inércia, produzindo práticas sociais orientadas por um ritualismo mimético, eternas reproduzidas do já produzido (Martinelli, 1995, p. 145).

As práticas sociais cristalizadas e preconceituosas, reproduzidas nas diferentes instituições, são a sinalização e a materialização da concepção que desconsidera a diversidade como característica básica dos indivíduos. Quando se pressupõe que todos têm que ser idênticos uns aos outros, aqueles que não se enquadram na igualdade almejada são situados “fora do mundo” social. A concepção de identidade permeada pela idéia da igualificação consolida a existência dos processos de segregação. A identidade tem relação direta com a alteridade, que significa distinção; o outro que é distinto, diferente do mesmo.

Alteridade, do latim *alter*, que significa, o outro ou alteres, do verbo alterar (Silva, 2000, p. 92). Entendendo os seres como distintos uns dos outros e situando a identidade nessa distinção, não caberia nenhum tipo de discriminação, nem tão pouco uma prática de exclusão das diferenças. A diferença (a distinção) passa a ser, nesta visão, uma característica comum à espécie humana. O outro é aquele que altera o mesmo pela sua distinção. Essa alteração é um movimento de enriquecimento do contexto geral no qual todos fazem parte. Um contexto que é transformado e movimentado no desenrolar da diversidade.

O problema que se coloca na discussão da identidade como campo do idêntico é que, nessa constituição, a identidade deixa na sua margem algo sobrando, em excesso, algo que lhe vai faltar. A falta diz respeito a tudo aquilo que será excluído, mas que em verdade faz parte desta identidade. Quando a diversidade não é incluída na constituição da identidade, passa-se pelo processo de estranheza do outro, que será percebido como algo exterior, fora do esperado.

Há um fechamento na idéia de unidade e homogeneidade própria dessa visão que cria espaço, para o que não se enquadra tornar-se “inadequado”, indesejável e até intolerável. A sociedade, ao não reconhecer a distinção como parte de seu movimento, estranha o outro e o exclui de seus principais processos, criando assim o “ser correto” e dominante. A racionalidade que exclui é a mesma que cria as condições objetivas de vida, onde diversos segmentos vivem excluídos dos processos sociais de acesso aos recursos da sociedade. A idéia de identidade que pressupõe o “ser correto” deixa de fora parcelas significativas de seres distintos e inigualáveis ao que se considera “correto” ou “normal”.

Eu sou um ser humano como outro qualquer, mas não sou igual, sou diferente. Minha diferença não muda os sentimentos que eu tenho e que são iguais aos de todos os que vivem neste mundo. Eu sinto frio, sinto calor, sinto amor, sinto ódio. Não é o que todo mundo sente? O que tem em nossa identidade de diferente das dos demais? Nos sentimentos eu me identifico com todos deste planeta (maio 2002).¹

Em muitas circunstâncias, a noção de identidade tem servido para criar distinções de condições de vida, ao mesmo tempo em que propicia o não reconhecimento das distinções individuais. O problema centra-se na primeira distinção que não deveria ocorrer, na mesma medida em que a segunda distinção deveria ser o pressuposto principal da identidade. Em uma outra perspectiva de identificação, a identidade inclui a pluralidade das características humanas e sociais.

Considerando-se a distinção de singularidades, abrir-se-ia espaço no campo social para as diferenciações individuais, o que poderia reduzir e/ou evitar o imenso abismo da diferenciação das condições objetivas de vida entre as pessoas. Em outras palavras, se no horizonte social tivesse espaço aberto para considerar identidade como construções plurais de individualidades, não se criariam tantos “muros” para separar os distintos dos “comuns”. A propósito da distinção negativa criada historicamente entre os segmentos da sociedade, Jovchelovitch (1998, p. 78) pontua que:

Tanto o sujeito negro como a mulher foram historicamente construídos por representações marcadas pela violência simbólica e por um conjunto de exclusões. Mas ambos (e certamente a mulher negra com mais esforço) lutaram, e lutam, para não serem reduzidos a essas representações. Produzir contra-representações, outras representações, que não reduzam a objetividade da condição negra e feminina às tentativas de lhe construir enquanto negatividade tem sido parte dos movimentos negros e do movimento de mulheres.

As representações sociais e, especialmente, as condições concretas de vida dos sujeitos sociais denunciam as inúmeras mutilações a que são sujeitas as distinções. A negatividade dessas representações, referida pela autora acima, como também das

¹ Depoimento de entrevista realizada por ocasião de uma pesquisa realizada com pessoas portadoras de deficiência sobre a temática da diversidade da condição humana. Pesquisa realizada no período de 2000-2003, na cidade de Porto Alegre.

condições dizem respeito à idéia de que o outro é diferente. A diferença não é vista como distinção e sim como desqualificação. Aqui se trata de perceber na diferença a marca do desigual como se fosse o desacordo, o desalinho, ou o desvio. Não se considera o fato de que cada pessoa tem suas diferenças e que o conjunto delas constitui o mundo social.

O equívoco está colocado, na distinção categorial, ou seja, se faz uma linha divisória entre a categoria dos “iguais” e a categoria dos diferentes. Nessa categorização, recai a negatividade sobre aqueles que se diferenciam, como um estigma, uma marca. Há uma demarcação de fronteiras que separa o que permanece e o que fica fora. Assim o mundo social se divide em “o nós e o eles”.

Silva (2000, p. 74) assinala a lógica binária que subentende uma forma afirmativa de expressar a identidade na qual será positivo aquilo “que se é”, tornando negativo o que é do outro. Trata-se de uma identidade positivada, auto-referenciada, que remete a si própria como ideal. Uma relação que não está explícita, mas subjacente à idéia divisória da diferença. Nessa cisão, “ser branco, ser jovem, ser homossexual, ser homem” é a identidade na qual a diferença se opõe: “ser negro, ser velho, ser homossexual, ser mulher”. Esse raciocínio fracionário concebe a diferença em oposição à identidade.

Aquilo que eu sou é positivo, aquilo que o outro é será negativo. Entretanto, de encontro a isso se tem que identidade e diferença se estabelecem em uma relação de estreita dependência. Para Silva, aparentemente, a identidade se esgota a si mesma ao afirmar uma posição, como por exemplo, o fato de “ser brasileiro”. Todavia a necessidade desta afirmação só se justifica pelo fato de existir o seu contrário, ou seja, o fato de haver outros que não sejam brasileiros. Não haveria sentido afirmar uma identidade se o mundo fosse homogêneo (2000, p. 75).

Na dialética da coexistência dos contrários, no mesmo real, a afirmação é parte de “uma extensa cadeia de negações” em que a diferença é colocada de modo negativo. O que se inclui numa afirmação é a própria negação, porém a mesma, em geral, se encontra oculta, não se percebe, de imediato, sua existência. Identidade e diferença fazem parte do mesmo processo de constituição e expressão de cada indivíduo. Tanto uma como outra são produzidas nos processos sociais e na relação entre subjetividade e contextualidade. O processo de socialização, que por si mesmo é social, produz tanto a diferenciação quanto a identificação permanente dos sujeitos.

Silva (2000, p. 76) alerta para o fato de as diferenças não serem “derivações” da identidade, como se fosse possível avaliar o que somos como norma e o que não somos como a diferença, sendo que a avaliação da diferença se faz plena de negatividade e desqualificação. As diferenças não estão aí como essências ou elementos da natureza para serem desvendadas, respeitadas ou toleradas; elas são criadas por contraste na produção da inserção social daquela interação entre sujeito e contexto. Perceber a identidade como uma criação social e cultural leva a entender que socialmente são criadas as barreiras que impedem o reconhecimento das diferenças como parte do campo social e mesmo humano.

O fato de eu ser cego não impede meus sentimentos humanos, como de qualquer outra pessoa: eu quero namorar, casar, trabalhar, ir ao cinema, no bar como todo mundo quer. Minha deficiência não impede a vida e muito menos o desejo por ela. Isso é a pior exclusão que a sociedade nos impõe, é uma exclusão de concepção, nos colocam fora da vida. Nós não vegetamos, estamos cheios de vida, pertencemos a este mundo, no qual nos barram a entrada, muitas vezes, isso é injusto (jan. 2002).²

No depoimento acima, tem-se o exemplo das barreiras construídas por uma cultura que percebe, na diferença visível, como no caso da cegueira, um fator de exclusão das áreas comuns à vida humana. Os portadores de deficiência, por não se enquadrarem num processo de identificação igual ao padrão, são colocados em um lugar social de diferenciação, em que a mesma é sinônimo de impossibilidade do exercício próprio à vida dos seres.

Se diferenciar no mesmo processo de se identificar deveria ser concebido como uma forma criativa e alternativa de inserção social. Nessas circunstâncias, tratar-se-á de criar formas alternativas de estar no mundo da vida. O que está em questão, como fundo desta discussão, é a necessidade de inclusão de todas as diversificadas expressões humanas. Não se trata de diferenciar para demarcar divisões de possibilidades e impossibilidades, trata-se de contemplar no mundo social a diversidade da condição humana.

A sociedade parece se conceber enquanto grupo homogêneo, constituído de pessoas “normais”, cujo conceito de normalidade se faz a partir de padrões estéticos e produtivos que desconsideram a existência singular dos seres. Toda a idéia de identidade produzida

² Depoimento de entrevista realizada por ocasião de uma pesquisa realizada com pessoas portadoras de deficiência sobre a temática da diversidade da condição humana. Pesquisa realizada no período de 2000-2003, na cidade de Porto Alegre.

pelo social está permeada na concepção dessa normalidade. A heterogeneidade manifesta-se nas diferentes personalidades e, justo aí reside a riqueza do humano que é relegada ao “desvio”. Num contexto que cria divisões entre as pessoas, baseando-se num pressuposto de igualificação de identidades, cria também parâmetros para hierarquização. No campo da identidade e das diferenças, manifestam-se relações de poder, onde quem se enquadra no padrão detém o poder de fazer parte do mundo e comandá-lo.

Normalizar significa eleger – arbitrariamente – uma identidade específica, como parâmetro, em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais todas as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa à identidade normal e ‘natural’, desejável e única (Silva, 2000, p. 83).

A hierarquização de identidades tem como principal contradição o fato de primar pela hegemonia de uma determinada identidade sobre as demais, assim produzindo, como consequência, a exclusão de diversas singularidades. A participação social é uma necessidade humana; o mundo que se coloca ao redor dos indivíduos é um mundo para ser explorado, por onde todos deveriam poder circular e ter acesso a sua constituição e transformação constante.

Os processos que consolidam a criação de inúmeras barreiras impeditivas da expressão de seus sujeitos são processos que desumanizam a vida social. Nesse sentido, pode-se objetar até que ponto o mundo, que é criado histórica e cotidianamente, seja de fato um mundo acessível a toda esta diversidade característica da humanidade. A participação é um processo social necessário para todas as pessoas. Constitui-se, a participação, em “requisito de realização do próprio ser humano [...]. O desenvolvimento social do homem requer participação nas definições e decisões da vida social” (Souza, 1993, p. 83). Justamente esse requisito tão fundamental foi interdito pelo imperativo da “normalidade”, não viabilizando o acesso das diferenças na participação do mundo social ou dificultando muito este acesso.

A esta altura deste debate que remete ao entendimento dos processos sociais de exclusão e, no caso da identidade, à exclusão de identidades não desejáveis, podemos nos valer de Castel para ampliar a discussão acerca do conceito de exclusão, a partir das objeções trazidas por ele. Esse autor pontua o cuidado em não reduzir a questão social à

exclusão, percebe a relação entre exclusão e sociedade salarial e concebe esse conceito em situações específicas e não de forma generalizante.

Segundo Castel (2000, p. 40-43) a heterogeneidade do uso do termo exclusão, seu uso impreciso para as fraturas sociais, em geral, acaba ocultando a especificidade de cada situação social singular. O mesmo considera que toda a “tradição da ajuda social” vem nesta linha e o seu desdobramento é a categorização de “população-alvo” (2000a, p. 29). Os “excluídos” tornam-se assim uma categoria para qual se direcionarão algumas ações das organizações governamentais ou não-governamentais. Mais uma vez se apresentam rótulos e estigmas que não demonstram o real problema da sociedade. As consideradas “populações com problemas”, ou “populações de risco”, ou ainda, as “populações em estado de vulnerabilidade social” serão focadas como alvo de ações do Estado e da sociedade civil organizada.

O problema colocado aqui é o fato de que, na categorização desta população de “excluídos”, recai sob o sujeito o peso de portar o déficit pessoal que torna a população “inapta” para vida social. Entretanto, o alerta de Castel demonstra que a maioria das populações caracterizadas como “problema” não são “inválidos, deficientes ou casos sociais”, são pessoas que estão fora do mercado de trabalho e, portanto, tornam-se “inválidas” pela conjuntura.

A marginalização dos chamados “excluídos” acontece em função da estrutura social e não por causa de uma incapacidade pessoal. O tratamento deveria se reportar ao social e não ao sujeito, num enfrentamento do desemprego, da exclusão do mercado de trabalho que coloca as pessoas em situação de miséria (2000, p. 31). A concepção de exclusão não explica a sociedade em seus processos que produzem a retirada das pessoas de seu contexto.

Para Castel (2000, p. 39), existem sociedades de exclusão: como no caso das escravagistas, onde há ausência total de direitos e reconhecimento social; os criminosos condenados à prisão perpétua ou à morte; os guetos, os “dispensários” para leprosos; os “asilos” para loucos; a situação de certas categorias da população que se vêem obrigadas a um status especial que lhe permite coexistir na comunidade, privadas de direitos e participação social, como no caso dos indígenas que são regidos por um código especial. A característica básica desta sociedade de exclusão é que ela impõe uma condição específica

para um grupo que o diferencia dos demais. Ela mobiliza regras estritas e uma estrutura oficial para garantir um status “menor” definido no conjunto do social.

O conceito de sociedades de exclusão, assim definido por Castel, não se aplica aos sujeitos que estão inseridos num contexto, fazem parte do mesmo e se desenvolvem dentro de suas leis. A sociedade contemporânea, com suas leis de mercado, tendo como base a produtividade e a competitividade, expulsa os cidadãos da circulação social, constituindo espaço para a marginalização das pessoas, entendendo-se por marginalização o processo social que cria a necessidade, cria a falta e a interdição do acesso aos bens sociais.

A atual estrutura social está formatada para produzir o “sobrante”, o “marginal”, aqueles que ficaram de fora do seu movimento produtivo. É uma situação de “precarização”, de “vulneralização”, onde todos fazem parte, alguns pelo lado de dentro, outros pelo lado de fora. Nas relações sociais, cria-se a cisão, a expulsão, como também serão criados os espaços de retomada destas fraturas e a (re)construção de uma nova ordem para o social, pois somos “privilegiados por vivermos, neste final de século, onde tudo parece estar impregnado de seu contrário [...]” (Martinelli, 1995, p. 145). As possibilidades de transformação se dão justamente nessa pulsão do movimento contraditório do real, conforme sugere essa autora.

Para poder mudar as coisas desta sociedade, é preciso desnudar seus processos de dominação e expulsão que, na maioria das vezes, constroem-se de forma oculta. Com esta preocupação, pode-se constatar um outro aspecto marcante no entendimento dos significantes da identidade, ao percebê-la como “uma categoria política disciplinadora das relações entre as pessoas e grupos, onde o outro é transformado em estranho, inimigo ou exótico” (Sawaia, 2001, p. 123). Para essa autora, o aspecto dual que há na identidade, que tanto serve para identificar e respeitar a alteridade, quanto para classificar e regular o outro, poderá ser constatado quando se aprende a detectar as intenções que levam a indagar pela identidade.

As relações de poder, estabelecidas na sociedade, levam ao movimento de especulação sobre a identidade do outro. Neste caso, constata-se que o escravagista, ao requerer sobre a identidade do negro, bem como, quando o colonizador requer pela identidade do indígena, o fazem com intenções específicas. Tais intenções são analisadas por Sawaia como uma forma de controle sobre o outro. Neste caso, será preciso prestar

atenção em “quem” indaga pela identidade do outro e com qual finalidade o faz, por que e para que indagar? Esta autora exemplifica a tendência histórica de “bisbilhotice internacional”, fazendo referência a Margaret Thatcher (ex-primeira ministra inglesa), quando a mesma, ao encomendar uma pesquisa sobre a identidade dos alemães, faz isso antes de tomar uma decisão de apoiar ou não o mercado europeu (Sawaia, 2004, p. 123).

Entender identidade enquanto um conceito político significa perceber as contradições históricas e atuais que estão permeando não apenas o conceito, mas as práticas sociais que se seguem a partir dele. O uso separatista que se pode fazer a partir da perspectiva que vê no outro o “inimigo” ou a ameaça leva à segregação e a todas as suas conseqüências. Essa análise demonstra o quanto conceitos e discursos não estão desprovidos de um resultado que é sentido na materialidade das vidas humanas.

A simbologia, toda a ordem de signos que permeiam a ideologia que vigora no social vai apontar para uma determinada forma e condição de vida para as pessoas. Nesse sentido, é fundamental perceber a identidade na conexão com as relações sociais e buscar conhecer o lugar que esta particularidade está ocupando na totalidade da vida social. O fato é que a identidade tanto expressa a individualidade humana, seu campo de subjetividade, quanto demonstra a relação do ser social e seu movimento na sociedade. Portanto, se conclui que identidade será mais bem entendida, quando for analisada no campo das relações sociais e dos seus sujeitos.

A identidade pessoal passa por essa mediação pelo contexto, com os grupos em que cada um se faz pertencente. O sujeito transita por uma coletividade que lhe é externa tanto quanto o constitui como sujeito, tornando-se parte dele. A arte de se relacionar com os demais é também a arte de se encontrar em um mundo humano produzido por quem o vive. Ao mesmo tempo em que as individualidades criam o mundo, são submetidas a determinantes extra-subjetivos, que ultrapassam a sua possibilidade de escolha. A subjetividade humana se produz num contexto de materialidade e totalidade. Todavia, a construção social da subjetividade não pressupõe um engessamento do indivíduo ao seu meio, mas sim da capacidade dele se diferenciar, individualizar-se a partir dessa interdependência com os demais seres.

A consciência crítica e lúcida sobre os determinismos sociais será o fio condutor de uma vida sem os mesmos. A reconstrução da vida social requer em primeira instância, isto

é, colocá-la em questão, e o enfrentamento de suas contradições, através de rupturas com práticas sociais não condizentes com a dignidade humana. Não se pode perder de vista que as grandes alterações históricas e, a forma de viver dos sujeitos sociais se dão a partir de um caminho conjugado e não no isolamento ou na fragmentação de atividades solitárias. As transformações vão se dando na práxis social dos sujeitos e, nesse processo, vão-se colocando as possibilidades de expressão dos sujeitos, enquanto partes integrantes, pertencentes ao seu contexto.

Na discussão da significativa e inegável unidade entre *identidade e diferença*, interpõe-se a ruptura com a interpretação fracionária que considera o “outro” como o diferente. Trata-se aqui de um entendimento que incorporou a perspectiva onde o eu e o outro são distintos, são singulares, portanto, únicos. Todos os sujeitos são diferentes uns dos outros, apesar de fazerem parte de um conjunto humano com inúmeras semelhanças e, especialmente, da presença da igualdade de condições. Diferença não significa inferioridade e desqualificação; ao contrário, é condição para a riqueza de expressões humanas. Faz-se necessário que as condições de acesso ao mundo sejam iguais para todos. Isso inverteria a histórica “necessidade” de que as pessoas pudessem ser iguais umas às outras.

Referências

CASTEL, Robert. As armadilhas da exclusão. In: Wanderley, Mariangela Belfiore et all. *Desigualdade e a questão social*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000a.

———. As Transformações da Questão Social. In: Wanderley, Mariangela Belfiore et all. *Desigualdade e a Questão Social*. 2.ed. São Paulo: EDUC, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Re(des)cobrir o outro: para um entendimento da alteridade na teoria das representações sociais. In: Angela Arruda (org.). *Representando a alteridade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma abordagem socioeducacional. In: MARTINELLI, Maria Lúcia et all. *O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber*. São Paulo: Cortez, 1995.

SAWAIA, Bader Burithan. Identidade – uma ideologia separativista? In: MARTINELLI, Maria Lúcia et all. *As Artimanhas da Exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 5 edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

———. A produção social da identidade e da diferença. In: ———. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUZA, Maria Luiza. *Desenvolvimento de comunidade e participação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.